



INCLUSÃO É RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Élida Karla Maia de Medeiros Coelho
PPGE/Unimontes
elidakmc@gmail.com
Michele Christine Pimenta Rodrigues
FIP-MOC
michelerodriguespsico77@gmail.com

Eixo: Educação e Diversidade

Palavras-chave: Educação inclusiva; Formação continuada; Trabalho colaborativo;

A Educação Inclusiva enfrenta desafios que demandam a reorganização das práticas pedagógicas e do trabalho docente. As normativas recentes reafirmam a inclusão na escola regular como um direito inegociável, implicando a necessidade de práticas pedagógicas planejadas e do trabalho colaborativo entre os profissionais (BRASIL, 2025). Zanellato e Poker (2011) reforçam que a formação continuada possibilita ao docente assumir uma nova postura pedagógica, condição necessária para a efetivação da inclusão. Nesse cenário, a formação continuada torna-se fundamental para qualificar a atuação profissional e favorecer a construção de práticas inclusivas. Assim, este trabalho apresenta um relato de experiência de uma formação continuada realizada com professores regentes e professores de apoio/auxiliares da Educação Especial da rede municipal de Porteirinha-MG, com o objetivo de fortalecer práticas inclusivas, organizar o trabalho de maneira colaborativa e discutir estratégias para o manejo de demandas comportamentais e sensoriais, além de suportes e adaptações na rotina escolar.

A formação foi estruturada a partir das demandas apresentadas pelos profissionais e teve como problema norteador a necessidade de qualificação da atuação docente diante dos desafios da inclusão escolar. Como procedimentos metodológicos, adotou-se exposição dialogada, discussão de situações do cotidiano escolar, apresentação de fundamentos legais e orientações para organização do trabalho pedagógico. Foram abordadas as diretrizes dos Decretos nº 12.686 e nº 12.773, com ênfase na organização do Estudo de Caso, do Plano Educacional Individualizado (PEI), e do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Também foram discutidas estratégias preventivas baseadas na identificação de barreiras comportamentais e sensoriais, com ênfase na organização do ambiente, antecipação de rotinas e uso de recursos visuais. A inclusão exige reconhecer que todos os envolvidos no processo educativo devem atuar de forma a garantir ensino de qualidade, participação e permanência para todos os alunos, independentemente dos suportes e das adaptações necessárias (ZANELLATO; POKER, 2011).

A fundamentação teórica baseou-se na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, que destaca o estudo de caso e o planejamento individualizado como instrumentos centrais para garantia de participação e aprendizagem, bem como em estudos sobre formação continuada e trabalho colaborativo docente (ZANELLATO; POKER, 2011). As estratégias comportamentais foram organizadas com base nos três níveis do modelo *Positive Behavioral Interventions and*



Supports (PBIS), que propõe intervenções preventivas estruturadas em níveis de apoio, favorecendo a autorregulação e o engajamento dos estudantes (RIOS; DENARI, 2011).

Como resultados, observou-se que os participantes relataram dificuldades relacionadas à definição das atribuições profissionais, à organização do trabalho conjunto e ao manejo de comportamentos. A formação favoreceu a reflexão sobre a corresponsabilização entre os profissionais, a necessidade de planejamento colaborativo e a adoção de estratégias preventivas. Destacou-se, ainda, a relevância da avaliação funcional e da organização de intervenções estruturadas para redução de barreiras à participação e à aprendizagem.

A ação formativa desenvolvida apresenta relevância social ao contribuir para a qualificação da atuação docente e para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas, alinhadas aos princípios da educação inclusiva e às normativas educacionais vigentes. Ao enfatizar o trabalho colaborativo e a organização de apoios, a formação reforça a inclusão como uma responsabilidade compartilhada, ampliando as oportunidades de participação e aprendizagem dos estudantes. Assim, o relato dialoga com o campo da Educação e com o eixo Educação e Diversidade, ao promover reflexões sobre formação docente e inclusão escolar.

A experiência foi socializada no Congresso Nacional de Educação e Formação Docente (X CONEF) 2026, constituindo um espaço de diálogo e reflexão sobre a formação continuada de professores e profissionais de apoio à inclusão. A participação no evento reforçou a compreensão da formação docente como um processo permanente, articulado à relação entre teoria e prática e comprometido com a transformação da realidade educacional (FREIRE, 1992). Além disso, favoreceu a troca de experiências e o fortalecimento de discussões sobre práticas pedagógicas mais inclusivas, acessíveis e democráticas.

Referências

BRASIL. **Decretos nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, e nº 12.773**, de 8 de dezembro de 2025. Instituem e regulamentam a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a organização da educação especial inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RIOS, Karyne de Souza Augusto; DENARI, Fátima Elisabeth. Apoio comportamental positivo: estratégias educacionais aplicadas a comportamentos-problema de alunos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 157-168, abr./jun. 2011.

ZANELATO, D.; POKER, R. B. Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão. **Revista Brasileira de Educação Especial** (Adaptado do Artigo Poker e Zanellato), Marília, v. 12, p. 147-158, 2011.